

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte

*Hoje em Dia*

Class.:

*Política Ind. Oficial*

Data

*13/08/91*

Pg.:

*1426*

# Collor devolve poder à Funai e desagrada ministro

BRASÍLIA — A determinação do presidente Fernando Collor em prestigiar a Fundação Nacional do Índio (Funai) ficou clara ontem na reunião setorial sobre meio ambiente e política indigenista. Collor decidiu revogar os decretos que ele mesmo assinou em fevereiro, distribuindo as ações de saúde e educação nas áreas indígenas para os respectivos ministérios. Collor está preocupado também em contornar as divergências que começam a surgir entre os diversos setores do governo envolvidos na Operação Selva Livre — retirada de garimpeiros da área ianomami, em Roraima.

A decisão de Collor de fazer retornar à Funai a coordenação das ações de política indígena desagradou os ministros da Saúde, Alcení Guerra, da Educação, Carlos Chiarelli e foi contestada ainda pelo secretário-geral do Ministério da Justiça, Paulo Sotero, convidado a participar da reunião de ontem. O presidente ouviu as argumentações de Sotero sobre a deficiência de verbas da Funai para tocar programas de saúde e educação nas áreas indígenas e as de Chiarelli, que protestou com o argumento de que os decretos que Collor decidiu revogar estão previstos na Constituição.

O presidente contornou a situação de constrangimento criada pela decisão de revogar os decretos com um discurso conciliatório. A Sotero disse que a equipe de governo tem que agir e raciocinar com os olhos voltados para o futuro. Em um claro recado de que não vai admitir divergências entre seus colaboradores, Collor lembrou que dentro de três anos e meio nenhum deles estará mais no governo e que o objetivo a ser alcançado não se esgota com o seu mandato. A Chiarelli, que usou como argumento a Constituição, Collor foi mais direto: se os decretos que assinei obedeciam a preceitos constitucionais como o senhor está me afirmando, vou incluir a alteração que pretendo fazer nas sugestões de emenda à Constituição que encaminharei ao Congresso Nacional ainda neste semestre.

O presidente da Funai, sertanista Sidney Possuelo, deixou a reunião animado com a revogação dos decretos. Segundo ele, não é intenção da Funai centralizar todas as ações da política indigenista, mas coordená-las para evitar a pulverização do órgão. Na parte indígena da reunião ficou acertado ainda que o presidente Collor vai assinar diversos decretos de demarcação de áreas indígenas durante visita a pelo

menos duas reservas, a serem indicadas pela Funai. A viagem do presidente a áreas indígenas, será marcada, a princípio, para o próximo mês.

### Passarinho defende volta de garimpeiro

Mas o problema mais delicado que o presidente Fernando Collor começa a enfrentar não foi tratado na reunião e diz respeito à demarcação das terras dos índios ianomami e o destino dos garimpeiros que estão sendo retirados da área. No final da semana, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, deu uma declaração favorável ao retorno do garimpo na reserva ianomami, de forma ordenada, depois de concluída a Operação Selva Livre. Possuelo, por sua vez, tem dito que a orientação do presidente Collor é a da retirada definitiva do garimpo daquela área indígena. Militares do Projeto Calha Norte defendem a manutenção de uma reserva garimpeira dentro da área demarcada dos índios ianomami, o que coincide com o desejo do governador do Estado, Ottomar Pinto. Em entrevista na Casa da Dinda, no domingo, o presidente Collor tentou desfazer a impressão de que há divergências sobre a questão ianomami, dizendo que o governo pensa em admitir a volta dos garimpeiros, depois da operação, mas como agricultores: "eles vão plantar nas terras que devastaram", disse Collor na entrevista coletiva. E garantiu: "garimpo, naquela área, nunca mais". Depois da reunião de ontem, Passarinho mais uma vez defendeu a volta da atividade garimpeira na reserva ianomami. "Vocês acham que uma terra rica em minério como aquela vai ficar intacta?", perguntou ele aos jornalistas, ainda no Palácio do Planalto.

Passarinho explicou, contudo, que a volta da atividade de garimpo na área deve ser feita através de projeto de lei do Executivo, aprovado pelo Congresso. Segundo ele, a exploração de riquezas minerais em áreas indígenas está prevista na Constituição, desde que os lucros obtidos nas atividades extrativas sejam revertidos em benefícios para a comunidade. Sobre a declaração de Collor a respeito do retorno dos garimpeiros como agricultores, Passarinho tem dúvidas de que este projeto possa dar certo: "é um projeto alternativo", disse ele. "Mas a vida dos garimpeiros nem sempre é compatível com a atividade agrícola", afirmou. (Pamela Nunes, Agência Estado)